



## Para além dos objetos: uma recolha de património etnográfico no Baixo Sabor<sup>1</sup>

Mauro Correia<sup>2</sup>

Paulo Maximino<sup>3</sup>

**Resumo:** Com este artigo pretende dar-se a conhecer o processo de recolha de objectos de carácter etnográfico (etno-arqueológico) no âmbito dos Trabalhos de Salvaguarda do Património decorrentes da empreitada de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS). Metodologicamente a colecta dos objectos partiu de um horizonte relacionado com os elementos construídos/edificados existentes na área afectada pela construção e albufeira do AHBS onde haviam sido deixados ou abandonados. Definido o espólio alvo, através de visitas prévias ao terreno e registos fotográficos e de localização, procurou-se, sempre que possível, que a sua recolha fosse acompanhada de histórias dos seus usos, utilidade, pertença, em suma à história de vida do objecto e daqueles que tomaram contacto com o mesmo.

### Introdução

No seguimento das linhas orientadoras do Plano de Salvaguarda do Património (PSP) do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS) onde se pode ler que o “património cultural integra não somente o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural pertinente, como também os respectivos contextos que, pelo seu valor testemunhal, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa visamos dar alguma notoriedade”<sup>4</sup>, posteriormente plasmadas naquilo que foram as orientações metodológicas do estudo do edificado da empreitada que “ao recusar uma visão atomística do património, propõe para o estudo dos elementos patrimoniais – sejam os sítios arqueológicos, seja os elementos identificados como “edificado” – uma investigação

1. Artigo escrito ignorando as regras do acordo ortográfico da língua portuguesa de 1990.

2. Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e mestrando na mesma instituição. Profissional liberal na área da arqueologia e património. Entre 2009 e 2015 integrou o projecto de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor como arqueólogo na equipa de levantamento e estudo de património etno-arqueológico e edificado do vale do rio Sabor.

[maurocorreia@gmail.com](mailto:maurocorreia@gmail.com)

3. Licenciado em antropologia (ISCTE) e mestre em museologia (UNL). Trabalhou no sector cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (1997-99) e no Museu Nacional de Etnologia (1999-2011) desenvolvendo funções nas áreas de formação. Entre 2012 e 2014 integrou o projecto de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor colaborando na investigação antropológica da região afectada pela barragem e coordenando o processo de recolha e gestão da colecção etnográfica reunida no âmbito do projecto em questão. [paulo.maximino@gmail.com](mailto:paulo.maximino@gmail.com)

4. PSP, 2009: 6

integrada, perspectivando-os na sua interrelação, na sua relação com o território e com a longa diacronia de ocupação humana, configurada em distintos modos de vida. Daqui resulta assentar a produção de conhecimento em estudos arqueológicos, paleogenéticos, paleoambientais, documentais, arquivísticos, antropológicos, incluindo as memórias das populações actuais. Ao valorizar patrimonialmente a paisagem actual, aproxima-se dela como uma fonte histórica, reflexo de um modo de vida contemporâneo e momento de chegada de uma longa diacronia, pelo que obriga à sua consideração como um continuum multidimensional, material e imaterial: macro e micro edificado, cultivos e coberto vegetal, parcelário, rede viária, gestos, memórias e representações das comunidades.”<sup>5</sup> Em suma, uma perspectiva alargada onde a pequena e a micro história, à parte de estudos de grande espectro e escala, dos lugares, pessoas e objectos eram uma componente importante dos objectivos a atingir, numa tentativa de chegar ao indivíduo (pessoas) através da paisagem, edificações e objectos.

Deste modo, como este breve artigo, visamos trazer para o conhecimento de um público mais alargado aquela que foi uma das vertentes menos visíveis do registo e recolhas multidisciplinares colocados em prática durante a execução do PSP do AHBS: a recolha, inventariação, vivências e estudo de património móvel de carácter etnográfico.

Para além da metodologia aplicada, resultados obtidos e potenciais lacunas e virtudes dos mesmos, aqui se darão três exemplos, devidamente contextualizados, das recolhas efectuadas. Os exemplos escolhidos não são, de modo algum, aleatórios tendo como linhas orientadoras comuns a localização num mesmo concelho – Alfândega da Fé – e se tratarem, ao contrário do que é mais comum neste género de recolha, de objectos de grande dimensão e complexidade ligados a tentativas – em meados do século XX – de uma proto-industrialização das actividades ligadas à exploração da terra e transformação dos seus produtos esboçada no vale do rio Sabor.

Metodologia e processo de recolha

A Etnologia pode ser compreendida como a ciência do homem enquanto ser cultural, correspondendo aqui o termo ao conjunto das tradições sociais herdadas do ambiente em que nascemos, nos criamos e desenvolvemos. Sobre este assunto Jorge Dias refere que “são inúmeros os chamados elementos culturais, isto é, todos os elementos que constituem uma determinada cultura. São os usos e costumes, as crenças, as tradições orais, a sabedoria, a língua, a música e a dança, os padrões de comportamento, os ideais de vida, o artesanato, as técnicas tradicionais, os objectos usados na vida diária.”<sup>6</sup> E assim ao etnólogo compete a realização do estudo e análise desses elementos fundamentais com o fim último de apreender a história da humanidade sob o

5. Dordio, 2015: 9.  
6. Dias, 1963: 140.



Fig. 1 Cartografia de localização dos Sítios. Autor: Mauro Correia



ponto de vista cultural, num trabalho de sistematização, comparação e interpretação dos dados directamente observados no terreno.

Por este ângulo temos que os objectos etnográficos funcionam enquanto documentos materiais representativos da história dos homens, dos povos e culturas do mundo, testemunhos que abrem perspectivas à compreensão dos processos e contextos da sua produção e formas de uso. Neste sentido, o modo como esses elementos são recolhidos no terreno e vêm documentados com informações e registos adicionais são factores que determinam, em muito, as reais potencialidades e possibilidades na posterior tarefa em passar memórias, induzir experiências e gerar novos conhecimentos.

No âmbito do estudo do património que envolveu o projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor a proposta de constituição de uma colecção de bens materiais de cariz etnográfico, embora presente desde início, não constitui porém, em algum momento um objectivo primordial comparado com outros que se foram desenvolvendo com maior dispêndio de meios técnicos e humanos. Por sequência não estaremos aqui perante a formação de uma colecção sistemática, devidamente programada e estruturada, pois mais do que pautada por si própria derivou ela de diversos componentes inerentes ao projecto. Mesmo assim gradualmente o processo de recolha veio a ganhar alguma dimensão fruto dos resultados que surgiam de um trabalho contínuo de prospecção no terreno e comunicação entre os vários intervenientes da equipa e interlocutores locais.

Como de esperar os parâmetros que enquadraram a recolha em questão estão intimamente relacionados com os do estudo que decorria no Baixo Sabor. Tal qual, também o processo de recolha incidiu no registo de salvaguarda, digamos em regime de urgência, da memória de uma área considerável de território que em breve iria desaparecer de vista, submersa pelas águas da barragem, e consequentemente de uma região vasta englobando quatro concelhos do nordeste transmontano que com isso de modo inevitável se alteraria a partir desse momento.

Assim os objectos a recolher deveriam se encontrar dentro dos limites da albufeira e enquanto elementos de cariz etnográfico terem preferencialmente exercido funções de uso nos terrenos em questão. Não se procedeu aqui a qualquer modalidade de aquisição por compra. Os objectos colectados foram na sua grande maioria doados pelos seus então proprietários, ou em alguns casos apanhados entre o que ficou para trás abandonado nas terras que dadas as circunstâncias também para trás foram ficando.

Dois factores foram decisivos na linha de acção conduzida neste processo. O trabalho de levantamento efectuado pelas equipas do projecto, em particular a do estudo de edificado, que à medida das suas abordagens em campo foram identificando os bens com pertinência a uma futura recolha. A construção de uma relação próxima com a comunidade em estudo, desde os responsáveis autárquicos aos proprietários, familiares e conhecedores dos terrenos expropriados, passando pelos interlocutores guardiães da história e das estórias locais, foi igualmente funda-

mental na identificação de tantos outros. Os preciosos depoimentos prestados por estes serão essenciais para que os objectos reunidos possam vir a ganhar vida para além da sua materialidade na sua nova condição enquanto elementos patrimoniais fora do contexto de uso. A eles procurou-se ainda associar registos documentais, em vários tipos de suporte, capazes de servir de apoio, contextualização e de explicação à cultura material recolhida, captando as memórias individuais e colectivas das comunidades.

O conjunto reunido soma um total de 420 objectos. Deste número, 216 são provenientes do concelho de Torre de Moncorvo, 166 de Alfândega da Fé, e 31 foram colectados entre freguesias de Mogadouro. Do concelho de Macedo de Cavaleiros, cuja implicação da barragem do Baixo Sabor é mínima, não foram recolhidos quaisquer bens de cariz etnográfico<sup>7</sup>.

Enquanto projecto de estudo que incidiu numa área de território em que claramente se destacam os domínios do rio e dos terrenos agrícolas adjacentes, será concordante que também esteja sobretudo associada a estes dois a maioria das recolhas efectuadas. Por um lado a denominada cultura ribeirinha faz-se representar por exemplares vários de navegação, de equipamentos da actividade piscatória e moageira. Por sua vez a vida rural terrestre encontra-se neste conjunto ilustrada com diversos instrumentos de alfaia agrícola, transporte de animais, caça, pastorícia, apicultura e elementos relacionados com os principais cultivos da região. Também há ainda a considerar um número apreciável de bens associados a outras categorias, tais como componentes estruturais de edificação, equipamento de uso doméstico, vestuário e bragal.

As grandes quintas incluídas na área expropriada foram sem sombra de dúvida um ponto muito importante de recolha. Não apenas pela sua óbvia extensão, quantidade e riqueza de valências, mas igualmente porque em algumas delas houve por parte dos proprietários uma genuína cedência na intenção de preservar parte da memória do local. E sabendo de antemão do capital peso que estas quintas detinham, decididamente também assim se contribuiu para a salvaguarda da história recente da região. Ademais foi possível encontrar nestas tanto os resquícios da actividade rural tradicional como o evoluir dos tempos para um sistema de produção agrícola mais modernizado através da mecanização, situação que no contexto estaria ao alcance de poucos. Também houve destes equipamentos mecanizados a se juntarem aos mais tradicionais no conjunto reunido. Vejamos agora três exemplos de espólio recolhido, todos eles, como já se mencionou, no conselho de Alfândega da Fé.

### Nora da Quinta de Mário Almeida

A água é um bem essencial na actividade agrícola e a irrigação do solo uma necessidade vital nas zonas mais secas, em que algumas das suas culturas dificilmente se desenvolvem nos períodos quentes do ano sem uma adequada conduta de regadio. Trata-se aqui essencialmente de uma

<sup>7</sup>. Ainda se contam aqui mais sete objectos de proveniência desconhecida.

rega de carência destinada a fornecer água em especial a terrenos de horta e pomares. E nestas circunstâncias em que a área geográfica do nordeste transmontano se insere, um poço com água numa terra arada é sempre uma riqueza suplementar.

Tradicionalmente os sistemas de rega em Portugal funcionariam sobretudo ajustados num método de iniciativa particular, aproveitando pequenos poços e nascentes, ou então linhas de rios ou de ribeiros, em benefício de propriedades privadas. Quando havia desnível entre os pontos de água e o local a irrigar, o processo mais usual levava a direccioná-la com abertura de regos feitos à enxada ou sacho até que ela chegasse ao campo desejado. Na falta desse desnível recorria-se então a instrumentos para elevar a água aos terrenos cultivados<sup>8</sup>.

Utilizadas um pouco por todo país, as noras são aparelhos de tracção animal que vieram em muitos casos substituir as antigas picotas ou cegonhas, accionadas pela força do braço humano. As mais comuns são apelidadas de noras mouriscas, por supostamente terem sido introduzidas pelos povos árabes. Nestas a estrutura fica na totalidade ou quase a descoberto e o animal, mais habitualmente da espécie asinina ou muar, trabalha num círculo à volta da nora, de olhos vendados para que desse maior rendimento e não perdesse o sentido de orientação, fazendo mover duas rodas, numa das quais se prende uma corrente com alcatruzes de metal ou de barro. Os alcatruzes desciam o poço de boca para baixo, mergulhavam e subiam cheios de água, começando a verter a água numa caleira que a conduzia ao seu destino.

Na Quinta de Mário Almeida (hoje parcialmente inundada pela albufeira da barragem do Baixo Sabor), situada no limite sudeste do termo da freguesia de Alfândega da Fé e extremo noroeste de Sendim da Ribeira, estendendo desta forma o seu território em ambas as margens da ribeira de Zacarias, foi encontrada uma destas noras, feita em ferro, evolução dos primitivos exemplares de madeira, e com os alcatruzes em latão. Implantada na zona baixa do terreno, junto à ribeira de Zacarias, servia um extenso espaço de olga para produtos hortícolas e árvores de frutos, onde a rega abundante é fundamental para a um saudável desenvolvimento do cultivado.

A encomenda deste aparelho de rega e sua colocação ter-se-á dado, cremos, aquando da transformação – através de emparcelamento, já ocorrido em pleno século XX, de 4 artigos matriciais rústicos<sup>9</sup>, dois terrenos e um moinho em ruínas na freguesia de Alfândega da Fé e um terreno em Sendim da Ribeira, que perfazem um total de 40,4 hectares – de uma série de artigos matriciais de propriedade contíguos entre si e respectivas benfeitorias numa propriedade única que se viria a designar, como supramencionado, de Quinta de Mário Almeida.

“(…) ele tinha mais terrenos, o Mário Almeida, mas o essencial da casa era aqui a quinta!”<sup>10</sup>

8. Dias, 1986.

9. Repartição de Finanças de Alfândega da Fé: Matriz Predial Rústica, Alfândega da Fé, nº 282, 688 e 692; Matriz Predial Rústica de Sendim da Ribeira, nº13.

10. Inquérito oral. Manuel Alberto Leitão (MALE1161).

Enquanto quinta, ou seja, uma propriedade de dimensão assinalável com casa senhorial, a Quinta de Mário Almeida é uma realidade datada da década de 50 do século XX, mais concretamente de 1953, ano em que foi concluída a construção da casa e outras benfeitorias. Após esta data Mário Almeida continuou a investir na sua quinta, adquirindo mais terrenos, como por exemplo as ruínas de um moinho com seu terrado que se encontrava encravado na sua propriedade em 1969, e em benfeitorias, e outras parcelas, com o intuito de fazer crescer a sua quinta.

“(…) foi o Mário Almeida que fez (construiu) a quinta, as estradas, os muros, as casas, e muitas das plantações foi ele que fez”<sup>11</sup>

Até à data de 1953 tratar-se-ia de uma série de parcelas de terrenos, mais ou menos contíguas, concentradas junto das margens da ribeira de Zacarias, na área toponímica Zacarias, que configurariam, deste modo, uma grande propriedade, sem a unidade, no que respeita ao modo explorar e concentrar a produção, que o conceito de quinta acarreta na gíria e esquema mental vigentes.

A realidade acima descrita, confirmam-na as mais variadas fontes, como os inquéritos orais, a cartografia (CMP série M888) da década de 1940 e os registos das finanças das matrizes prediais rústicas da década de 1930, onde sob o topónimo Zacarias, encontramos três artigos no nome de Dr. Ricardo Rafael d’Almeida, pai de Mário Carlos da Costa Almeida, que no

11. Inquérito oral. Manuel Alberto Leitão (MALE1161).



Fig. 2 Vista geral Sobre a parte habitacional da Quinta de Mário Almeida. Imagem: Mauro Correia.



Fig. 3 Vista panorâmica da nora mourisca da Quinta de Mário Almeida. Imagem: Paulo Maximino.

ano de 1943/44 passam, por herança, para a posse do segundo. Tratam-se dos artigos nº1207, 1209 e 1211, com as seguintes descrições, respectivamente: “olival, de 3 geiras, com 80 oliveiras”; “terra, de 1 geira, que se cultiva a cada 6 anos com 30 oliveiras”; “um prédio, com 15,5 geiras, que se compões de hortas, bouças de sobreiros e carrascos e terra que se cultiva cada 6 anos. Tem freixos e negrilhos à borda da ribeira”, que cremos, podem corresponder, em parte, aos actuais artigos que compõem a quinta no que à freguesia de Alfândega da Fé diz respeito.

Toda esta informação, vem, ao mesmo tempo que confirma que a quinta enquanto tal é um projecto de Mário Almeida à medida que vai herdando e adquirindo terrenos em Zacarias através, como já referimos, de um processo de emparcelamento mais ou menos contínuo.

No que respeita à parte da quinta correspondente à margem esquerda da ribeira, freguesia de Sendim da Ribeira apenas um dos artigos matriciais pertencentes a Mário Almeida se encontra em contiguidade com os da margem oposta, estando os restantes em descontinuidade e a montante da quinta.

Criada e consolidada a quinta, esta mantém-se, ainda hoje, na posse dos seus descentes, estando hoje nas mãos de seus netos, pois, apenas uma pequena percentagem da sua área total foi expropriada no âmbito do projecto do Baixo Sabor.

A nora, localizava-se no extremo norte da quinta em local hoje submerso, cuja estrutura metálica foi retirada na íntegra, assentava sobre um poço aberto, de planta rectangular, em profundidade, neste caso construído em alvenaria ordinária de xisto com revestimento em cimento acima do nível do solo, e cuja água provinha directamente da ribeira de Zacarias. Em redor do poço um pequeno cercado, em alvenaria semelhante à do poço, que define os limites do trajecto do animal que colocava o engenho em funcionamento. Supõe-se que esta nora estivesse já presente aquando da inauguração da Quinta, possivelmente ocorrida em 1953 se tomarmos em conta a data que se apresentava inscrita num dos portões de entrada da mesma<sup>12</sup>.

### Sistema de moagem do “Moinho do Nabicho”

Localizada na margem direita do ribeiro de Zacarias, na freguesia de Alfândega da Fé, encontramos uma das últimas unidades moageiras que funcionaram na região, conhecida entre a população local por “Moinho do Nabicho”. Situado na zona (toponímica) da Refunda, o nome do moinho tem como referência o seu antigo, e último, moleiro e proprietário, Acácio Júlio Nabicho, que teve de o abandonar nos finais da década de 1980 quando a doença que o afectou não lhe permitiu continuar a actividade que exerceu durante grande parte da sua vida. Para trás ficaria um prédio agrícola cujo edifício central abrigava no piso inferior um sistema misto de mós hidráulicas e mecânicas introduzido de modo a possibilitar a moagem mesmo quando não corria água no ribeiro.

<sup>12</sup>. Correia & Pinho, 2014.

O prédio (aqui entendido como a propriedade composta por moinho, construções anexas e terras) encontrava-se encravado numa das grandes propriedades existentes ao longo das margens da ribeira, mais concretamente a Quinta da Refunda<sup>13</sup> ou do Capitão, uma propriedade de aproximadamente 100 hectares, cujos proprietários são os descendentes da família Lemos de Mendonça, bem conhecidos em toda a região. Nas matrizes prediais de rusticas de Alfândega da Fé o prédio é-nos assim descrito: “Terra para batatas, 6 oliveiras, 6 amendoeiras, 38 árvores para lenha, 2 laranjeiras em criação, confrontações do norte, sul e poente Francisco José Lemos de Mendonça (766) Nascente Ribeira de Zacarias”, num total de 6,22 hectares (aprox.) propriedade de Acácio Júlio Nabicho de Sendim da Serra<sup>14</sup>, confirmando o que a acima se afirmou.

As lacunas documentais e de investigação não nos permitiram, de modo algum, aferir desde quando a moagem da Refunda existe, e apenas os relatos orais nos transmitem, e ainda assim de forma vaga, que esta já se encontrava nas mãos, pelo menos de modo parcial, dos ascendentes de Acácio Nabicho, através do lado materno, a quem se terá devido o resgate e primeiros melhoramentos na construção que, tudo indica nos finais do século do XIX ou inícios de XX, se encontraria senão totalmente, pelo menos parcialmente abandonada<sup>15</sup>. Os danos mais significativos encontrar-se-iam sobretudo no açude e levada do moinho, para os quais foi necessária autorização especial para os arranjos por parte dos Serviços Hidráulicos pois não era possível trabalhar nesta actividade sem a dita autorização, havendo a fiscalização constante dos guarda-rios.

É este panorama que nos transmitem, de igual modo os documentos que conseguimos obter, datados do 2º e 3º quartel do século XX, relativos à moagem da Refunda, respectivamente o Cadastro de Moagens (de Rama), que em processo nº 944/941, através do guarda-rios Álvaro de Jesus Legoinha, dispensa a legalização da moagem, que à data de 24 de Setembro de 1942 era de Beatriz do Rêgo, havendo sucedido a Josefina Amélia Venâncio (de Sendim), e as matrizes prediais Urbanas de Alfândega da Fé (séries iniciadas em 1937 e 1977) onde um moinho com 3 mós. Confronta do nascente e norte com a Ribeira de Zacarias, Sul e poente com Francisco José Lemos de Mendonça, é de pertença partilhada, no ano de 1955, entre Josefina Venâncio Henriques (Sendim) – 4/5; Acácio Júlio Nabicho – co-proprietário de 1/5<sup>16</sup>, o que nos leva a pensar que a primeira seja a mãe de Acácio Nabicho e que após falecimento da mesma a propriedade passa na totalidade para o seu herdeiro.

Tais informações, ainda que vagas, permitem-nos com alguma segurança afirmar que se trata de um complexo moageiro que remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX.

O moinho dispunha assim de três conjuntos de mós. Dois deles movidos pela força motriz da água, em que um é já constituído por uma mó da conhecida fábrica francesa Société Générale Meulière de La Ferté-sous-Jouarre, comprada em segunda-mão como nos informou a viúva de

<sup>13</sup>. Trindade, 2013.

<sup>14</sup>. Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Rústica de Alfândega da Fé, artigo nº767.

<sup>15</sup>. Rolo & Oliveira, 2011.

<sup>16</sup>. Repartição de Finanças de Alfândega da Fé, Matriz Predial Urbana de Alfândega da Fé, artigo nº282 (1937; 1977).





Fig. 4 Processo de desmontagem do Moinho do Nabiço que decorreu nos dias 27 e 28 Março 2013. Imagem: Paulo Maximino.

Acácio Nabiço<sup>17</sup>. E um terceiro conjunto de mós calcárias, também da mesma proveniência de fabrico, mas estas por sua vez de movimento mecânico de transmissão por correias. Comprada nova na região do Porto, por volta da década de 1950, custou então cerca de trinta mil escudos.

Estas alterações no sentido da modernização do complexo moageiro, em particular a mecanização de um dos conjuntos de mós, veio proporcionar a possibilidade, como já vimos, de ali se moer durante o ano inteiro e não apenas quando o caudal da ribeira de Zacarias o permitia, conferindo assim a esta unidade de moagem uma clara vantagem sobre a maioria das demais e, consequentemente, a sua maior prevalência no tempo, ou num tempo em que os moinhos se encontravam paulatinamente a ser abandonados (tal como o cultivo dos cereais).

De referir que a recolha deste conjunto moageiro, aliás tal como nos outros dois exemplos aqui expostos, foi antecedida por um aprofundado estudo sobre o local e os elementos a colectar de modo a delinear o melhor plano possível de extracção das estruturas com os recursos existentes. Fundamental para o sucesso desta acção o diálogo entre as várias equipas disciplinares disponíveis no projecto que com a de edificado trabalharam neste sentido, destacando a área de conservação e restauro. Igualmente a salientar o precioso auxílio da Câmara Municipal de Alfândega da Fé que na fase final do processo disponibilizou os meios humanos e materiais necessários para concluir o mesmo com o êxito desejado.



Fig. 5 Vista parcial da plataforma moageira do Moinho do Nabiço. Imagem: José Rodrigues.

### Tarara da Quinta Branca

No decorrer do século XIX os processos de produção agrícola vêm a ser alvo de substanciais alterações provocadas pelo forte impulso tecnológico iniciado no século anterior, nomeadamente com a introdução de inovações determinantes ao nível dos instrumentos de trabalho mecânicos que vão assim substituindo os tradicionais modos de fazer. Reconhecemos um destes exemplos no aparelho de limpeza e triagem do cereal que em Portugal comumente se apelidou de tarara, termo onomatopeico que deriva do ruído monótono que faz esta máquina quando em funcionamento.

Ao ser colhido, o cereal contém algumas impurezas – palhas, espigas, areias e outras sementes – que é necessário retirar antes de se proceder à moagem.

Uma destas tararas foi por nós identificada em fase de levantamento do património edificado da Quinta Branca e posteriormente recolhido.

A Quinta Branca situava-se junto da foz da Ribeira de Zacarias, na sua margem direita, da freguesia de Cerejais, concelho de Alfândega da Fé, e foi até ao declínio da sua exploração enquanto centro produtor e transformador de produtos agro-pastoris, algures no decorrer da década de 1970, a cabeça de um conjunto de grandes propriedades sobranceiras à margem direita do rio Sabor, formada por si e pelas Quintas de São Gonçalo e de Santa Eufémia (ou do Badalo), respectivamente nas freguesias de Cerejais e da Ferradosa.

Historicamente a referência mais antiga, ainda que indirecta, que temos a esta propriedade vem das Memórias Paroquiais de 1758 da freguesia de Sambade aquando da descrição da ribeira de Zacarias e sua foz como a de Val(e) das Chossas “(...) Serijais e dividindo todos estes termos se

17. Inquérito oral. Francisca dos Anjos Lourenço (FAL0267; FAL1256).





Fig. 6 Vista panorâmica sobre o núcleo central construído da Quinta Branca. Imagem: Mauro Correia

vai meter no rio Sabor entre a Quinta de Sam Gonçallo e a de Val das Chossas (?)”<sup>18</sup> sendo parte integrante de um grande território de que à época, e até ao sequestro dos mesmos, era donatária a casa de Távora, e tinha como principais vocações produtivas os cultivos de cereais (pão) e oliveiras (azeite)<sup>19</sup>. Já na segunda metade do século XIX (1863) a quinta – à época designada de Vale de Chanos – encontrava-se na posse da família Morais Pimentel, do “morgado dos Sousas, de Alfândega da Fé, cujo último administrador – Francisco António de Sousa Pinto Tovar Sarmento – faleceu em 1827 sem descendentes”<sup>20</sup>. No decorrer deste século a quinta passa para a posse da família Rodrigues – onde se manteve até à expropriação no âmbito do AHBS – com a descrição da mesma em matriz predial rústica de 1893 a ser descrita da seguinte forma: “Um prédio misto denominado a quinta das Chouzas composto de: cazas com altos e baixos, curral e palheiros. (...) e cuja maior parte da área cultivada se encontrava destinada ao trigo e ao centeio.”<sup>21</sup> É possivelmente durante os investimentos realizados na quinta na primeira metade do século XX – sendo proprietários António Manuel Rodrigues e sua esposa Ana Maria Rodgues – que a designação Quinta Branca se vai estabelecer, primeiro na denominação popular e posteriormente oficializar. Tal, cremos, pode dever-se à imponência e tonalidade alva, fruto da caiação, que o seu edificado principal exhibe desde que deste há memória. No decorrer do avançar do século XX e sobretudo com a chegada do Dr. Roque à administração, ainda que em regime parcial, da propriedade que o auge do investimento e modernização na produção e transformação cerealífera acontecem

18. PT-TT-MPRQ-33-36\_m0140.tiff, disponível em: ([Digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4241678](https://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4241678) (consultado a 20/07/2018)).

19. ANTT/ Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo – Mç. 133, nº 37, fls. 26 a 40 (s.d.); AHTC, Casa de Távora, 297, Bens de Raiz – da herança do Principal Henrique Vicente que se disse pertencerem todos, ou parte deles a Marquiza de Távora Leon Thomazia (ano 1759 – informação na folha 36)

20. Alves, 2000: 590-592.

21. Arquivo Municipal de Alfândega da Fé, nº 1533, Matriz Predial Rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1893; nº1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo, nº 862, 1940.

(sobretudo do trigo, sempre que os terrenos o permitiam). Em 1951 termina na quinta a construção de uma unidade de moagem mecânica de cereais e no triénio de 1950/52 é reconhecido (através das propriedades que administra) como o maior produtor de trigo do concelho pela Junta da Lavoura de Alfândega da Fé. Também neste período se adquirem novos equipamentos agrícolas como malhadeiras (a motor) e, possivelmente, a tarara.

Uma tarara consiste, por norma, numa estrutura de pé alto feita em madeira, accionada manualmente por meio de uma manivela que transmite o movimento a um conjunto de pás que limpam o cereal das pequenas impurezas. O cereal vai então caindo para um tabuleiro que fornecido de um conjunto de crivos de malha variada acaba por separar em definitivo o grão desejado para moer, obtendo-se assim uma farinha mais pura. Este sistema veio suplantir a tradicional limpa, feita nas eiras lançando o cereal ao vento após a malhada, num método de trabalho de curso lento e nem sempre perfeito.

Para além da utilização integrada no processo moageiro, pode este equipamento também servir no decurso da sementeira já que o seu mecanismo permite de igual modo pelo sistema de crivagem fazer a selecção dos melhores grãos para semente. Aliás, segundo o filho do último moleiro da Quinta Branca, situada na freguesia dos Cerejais, concelho de Alfândega da Fé, que ainda por muito tempo conviveu de perto com este espaço e com estes instrumentos de trabalho, o uso da tarara que lá fomos encontrar seria mais propriamente esse, pelo menos no tempo de sua recordação:

AHBS – Para que servia esta máquina?

JCG – Para limpar o trigo, para seleccionar pelas várias sementes que trazia. Daqui só saia o trigo ou o centeio consoante os crivos que se metia. Quando tinha de trabalhar, tinha de estar sempre aqui uma pessoa, senão isto não roda e não funciona. Quando eu vim para cá



Fig. 7 Tarara da Quinta Branca. Imagem: José Rodrigues.

já isto existia, costumava estar na sala junto à moagem. Era mais usado na altura da sementeira, para seleccionar o tipo de cereal a semear. (...) Também separava o cereal por escala, e o que não prestava saía por outro lado.<sup>22</sup>

Não se sabe ao certo, como já vimos, quando a tarara chegou à quinta, nem pelas mãos de quem, mas há fortes probabilidades de ter sido adquirida quando a moagem foi mandada erigir em 1951 por um dos seus donos e grande empreendedor, o Dr. Carlos de Deus Roque, como supramencionado. O mesmo nos foi relatado por um habitante local que esteve presente aquando da instalação da moagem e que nessa quinta trabalhou por muitos anos:

AHBS – Lembra-se de terem comprado esta maquina?

FAC – De certeza que veio junto com a moagem. Para limpar o grão que às vezes vinha com terra. Muito boa...

AHBS – E seria também o moleiro a encarregar-se deste trabalho?

FAC – Sim, o moleiro [Alcino Galdes] e a família que vivia aqui com ele.<sup>23</sup>

A tarara da Quinta Branca é de fabrico da marca francesa “M. Marot”, uma das mais conceituadas à época neste tipo de equipamentos. Bastante dispendiosa revela-se uma prova do forte

<sup>22</sup>. Inquérito oral. José Carlos Galdes (JCG1268).

<sup>23</sup>. Inquérito oral. Francisco António Cristino (FAC1269).

investimento que o Dr. Roque fez nas suas terras, conferindo uma qualidade e constância produtiva de realce na região. Embora não haja recordação concreta é possível que tenha laborado enquanto o sistema moageiro e a própria quinta se mantiveram funcionalmente activos, ou seja, até meados da década de 1970.

A salvaguarda deste equipamento fez parte de uma extensa recolha efectuada nesta quinta em particular, não apenas de objectos relacionados com a actividade agrícola como também incorporados na perspectiva de uma ideia alargada do que constituía o conjunto edificado em questão. São no total 131 exemplares que preservam um pouco da memória deste local e de todos os intervenientes que com ele interagiram, mais ou menos directamente, com maior ou menor propriedade. Serão agora testemunhos arquétipos de um tempo, de um modo de vida, de uma paisagem que já não vislumbramos.

### Considerações Finais

Como já antes referido as linhas orientadoras que nortearam o processo de constituição deste conjunto de bens de cariz etnográfico coincidiram e enquadraram-se com os do projecto de estudo do património em que esteve integrado, e que tiveram por finalidade o registo da memória de uma vasta área que as águas da barragem do Baixo Sabor fez desaparecer. Aos objectos juntam-se ainda as histórias e imagens captadas sobre os mesmos e dos locais por onde andaram, textos e elementos gráficos que o estudo produziu, documentos escritos e audiovisuais que compilou. Todos eles são activos que divulgados de modo construtivo contribuem para potenciar os recursos histórico-patrimoniais da região, proporcionar o seu conhecimento, protecção e dinamização, implementar uma identidade local impulsionadora do desenvolvimento das comunidades. A conclusão do projecto ditou a divisão dos objectos, os provenientes de Alfândega da Fé ficariam no próprio concelho, todos os restantes em Torre de Moncorvo. Desde então arquivados. Esperamos que um dia, separados ou em conjunto, em parte ou no seu todo, possam voltar a apresentar-se a público e cumprir o desígnio por que foram salvaguardados da submersão.



### Bibliografia e Fontes

ALVES, Francisco Manuel. 2000. Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança - Tomo X, Ed. CM de Bragança e Institutos português de Museus

ALVES, Pedro; OLIVEIRA, Sara; ROLO, André. 2013. MOAGEM QUINTA BRANCA EP184 (AHBS-MDPSP.215.00), policopiado

CORREIA, Mauro; PINHO, Valdemar. 2014. Quinta do Mário Almeida (ou do Sobreiro) (AHBS-MDPSP.232.00), policopiado

CORREIA, Mauro; TRINDADE, Ana. 2014. Quinta Branca, Quinta de Santa Eufémia e Quinta de São Gonçalo (AHBS.MDPSP.230.01), policopiado

DIAS, Jorge. 1963. "Etnologia" in Dicionário de História de Portugal, vol. II. Lisboa, pp. 139-141.

DIAS, Jorge; Galhano, Fernando. 1986 [1953, 1ª edição]. Aparelhos de Elevar a Água de Rega. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DORDIO GOMES, Paulo; LIMA, Alexandra. 2015. "Plano de Salvaguarda do Património do Baixo Sabor. Discussão das opções metodológicas do estudo do edificado". In Revista CEPIHS (Centro de Estudo e Promoção da Investigação Histórica e Social), 5

ROLO, André; OLIVEIRA, Sara. 2011. Moagem da Refunda (AHBS/MDPSP.012.00), policopiado

TRINDADE, Ana. 2013. Quinta da Refunda (AHBS/MDPSP.222.00), policopiado

PSP, (2009) Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo, Torre de Moncorvo, EDP

#### Arquivo Municipal de Alfândega da Fé

- . Nº 1533, Matriz predial rústica de Cerejais (ano de 1896), Artigo nº 862, 863
- . Nº 1104, Matriz predial rústica de Cerejais, Artigo nº 863

#### Repartição de Finanças de Alfândega da Fé

- . Matriz Predial Rústica, Alfandega da Fé (artigos 282, 688 e 692; 767)
- . Matriz Predial Rústica de Sendim da Ribeira (artigo 13)
- . Matriz Predial Rústica de Cerejais (artigos 1 a 20, 1054 a 1056)
- . Matriz Predial Urbana de Cerejais (artigos 129, 130, 231, 404 a 406 e 414 a 417)
- Matriz predial urbana de Alfândega da Fé (artigo 282 [1937; 1977])

#### Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

- . ANTT/ Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes / Antigo - Mç. 133, nº 37, fls. 26 a 40 (s.d.). Pagamento feito ao Ilustríssimo Senhor thezoureiro-mor da Santa Igreja Patriarcal o Senhor Henrique Vicente de Távora, que lhe coube na sua legitima por morte de seu pai o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Távora, António Luís de Távora;

#### Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC)

- . AHTC, Casa de Távora, 297, Bens de Raiz – da herança do Principal Henrique Vicente que se disse pertencerem todos, ou parte deles a Marqueza de Távora Leonor Thomazia (ano 1759 - informação na folha 36)